

INTEGRALISMO LUSITANO, NACIONALISMO CATÓLICO E EDUCAÇÃO: CONTATOS ENTRE INTELLECTUAIS BRASILEIROS E PORTUGUESES (1913-1934)

INTEGRALISMO LUSITANO, NACIONALISMO CATÓLICO Y EDUCACIÓN: CONEXIONES
ENTRE INTELLECTUALES BRASILEÑOS Y PORTUGUESES (1913-1934)

LUSITANIAN INTEGRALISM, CATHOLIC NATIONALISM AND EDUCATION: CONNECTIONS
BETWEEN BRAZILIAN AND PORTUGUESE INTELLECTUALS (1913-1934)

*Mauro Castilho Gonçalves**

Resumo: A pesquisa examinou as conexões estabelecidas entre intelectuais portugueses e brasileiros vinculados ao integralismo lusitano e ao nacionalismo católico, durante a década de 1910 até princípios dos anos de 1930. Objetivou-se compreender como se processou, nos âmbitos da educação escolar e da cultura mais geral, o diálogo entre pensadores desses dois países, por meio da publicação e divulgação de revistas periódicas, do intercâmbio de lançamentos bibliográficos e viagens, que resultaram em publicações, conferências, dentre outros suportes de divulgação científica.

Palavras-chave: Integralismo lusitano; nacionalismo católico; intelectuais; periódicos.

Abstract: The research analyzed the connections between Brazilian and Portuguese intellectuals related to the Lusitanian integralism and the catholic nationalism from the 1910s to the early 1930s. It was focused on understanding how was, within the school education and overall culture scope, the communications between the theorists of these two countries, through the publication and dissemination of periodicals, the exchange of bibliographic launches and trips, which resulted in publications, conferences, among other popular science media.

Keywords: Lusitanian integralism; catholic nationalism; intellectuals; periodicals.

Introdução

O presente artigo¹ apresenta os resultados da pesquisa sobre conexões e contatos efetivados entre intelectuais portugueses e brasileiros, nomeadamente os católicos, durante a década de 1910 até princípios dos anos de 1930². Objetivou-se compreender como se processou o diálogo entre esses dois grupos, por meio da publicação e divulgação de revistas periódicas, do intercâmbio de lançamentos bibliográficos e viagens que resultaram em publicações, conferências, dentre outros suportes de divulgação científica. Maior atenção foi dada à circulação de ideias, projetos e ações de grupos e redes ideologicamente vinculadas ao integralismo lusitano e ao nacionalismo católico brasileiro e o impacto percebido, particularmente, no campo da formação cultural e da educação.

O pressuposto preliminar que motivou a investigação fundamentou-se na hipótese segundo a qual os dois movimentos supracitados expressaram diferenças internas e aproximações estratégicas, provocadas pela complexa rede de interesses e projetos comuns ou contraditórios, a considerar o profícuo debate que marcou aquelas décadas em ambos os países.

Receberam centralidade analítica periódicos, livros, cartilhas, boletins, correspondências, conferências, dentre outros materiais empíricos, sob a guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em Lisboa, do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) e da Sociedade Martins Sarmento (SMS), ambos localizados no município de Guimarães. Dentre as fontes, citamos: “Alma Portuguesa” (1913); “Nação Portuguesa” (publicado em três fases: 1914-1916; 1922-1924; 1924-1928); “Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses” (1932-1934) e “Gil Vicente” (1925-1934), todas elas de orientação católica e integralista. Com exceção da “Gil Vicente”, publicada em Guimarães, as demais foram editadas em Lisboa.

A seleção das fontes foi efetuada a partir de critérios específicos de rastreamento: a) a divulgação das obras e das revistas periódicas em Portugal e no Brasil durante o período demarcado (1913-1934); b) a orientação doutrinária e ideológica das produções expressas em editoriais, prólogos, prefácios, resenhas etc.; c) o vínculo com os dois movimentos definidores do eixo temático da pesquisa: o Integralismo Lusitano e o Nacionalismo Católico e referências explícitas às conexões entre Portugal e Brasil³.

O material empírico foi organizado tendo em vista duas categorias, a saber: as denominadas fontes periódicas, ou seja, produções caracterizadas por um ciclo de existência, orientação doutrinária, assinantes e política de divulgação editorial. O conjunto documental foi analisado como “estruturas de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003), lugares de relação, disputa e luta hegemônica. Espaços de atuação e convivência e, ao mesmo tempo, de sobrevivência política, social e cultural. O ponto de partida foi o conteúdo expresso, mas não apenas isso: em síntese, o esforço foi no sentido de captar o como foi dito ou escrito, além de considerar a situação, o lugar, o contexto de inserção dos sujeitos da produção.

Durante as décadas de 1910 e 1920, Portugal passou por uma série de conflitos políticos que mobilizaram grupos articulados em diferentes orientações ideológicas. Destacamos os republicanos que, desde 1910, assumiram o protagonismo político, mas não sem reações, especificamente de setores monárquicos de orientação católica que fundam, em 1913, o Integralismo Lusitano.

Vale lembrar que não havia internamente a esses grupos, homogeneidade nas estratégias de efetivação dos princípios consolidados em estatutos partidários e de associações organizativas, como veremos em alguns casos destacados no presente artigo, referentes, em especial, ao movimento integralista português.

De outro lado, é relevante reconhecer que, do ponto de vista da ação católica, um forte movimento direcionado à articulação de princípios e propósitos, e sob a liderança de Roma, consolida-se nos países ibéricos e latino-americanos nas primeiras décadas do século XX, que se consolida na criação de dioceses e seminários para formação de novos quadros intelectuais e pastorais, implantação de escolas religiosas, jornais e periódicos.

No Brasil fica evidente, desde a proclamação da República, que os católicos criam espaços de articulação e mobilização que resultam, décadas à frente, na institucionalização de estruturas de ação política e cultural, dos quais podemos citar o Centro D. Vital (1922), que, em sua primeira fase, foi dirigida por Jackson de Figueiredo, intelectual católico nacionalista de aproximação estreita ao Integralismo Lusitano, particularmente em razão de seus vínculos de amizade com o português Antônio Sardinha, editor e responsável direto pela publicação da revista integralista Nação Portuguesa, uma das principais fontes de consulta da pesquisa sistematizada no presente texto.

Objetiva-se, portanto, entender as conexões estabelecidas entre grupos integralistas portugueses e católicos nacionalistas brasileiros, durante as décadas de 1910 a 1920, e princípios dos anos de 1930, por meio da análise dos periódicos integralistas que circularam por Portugal durante a fase crítica da República lusitana.

Integralismo Lusitano: gênese e propósitos

O Integralismo Lusitano (IL) foi um movimento político e cultural que nasceu três anos após a proclamação da República portuguesa, ocorrida em 1910⁴. O IL caracterizou-se por uma intensa produção intelectual, aglutinada, particularmente, em periódicos e de relativa circulação nos meios acadêmicos, científicos e culturais lusitanos. Os intelectuais nele envolvidos estavam também presentes em outros organismos e instituições, tais como imprensa, escolas, universidades e na militância católica. Defendiam um projeto político antiliberal, a favor da restauração da monarquia em Portugal e atuavam a favor da “regeneração da alma portuguesa” que, segundo seus protagonistas, perdera sua caracterização original com o avanço das políticas liberais em terras lusitanas (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 4).

Em 1913, três anos após a proclamação republicana, um grupo de intelectuais criou a revista “Alma Portuguesa”, sob a direção de Domingos de Gusmão Araujo⁵. O periódico denominava-se “Órgão do Integralismo Lusitano” e apresentava-se como uma revista de Filosofia, Literatura, Arte, Sociologia, Educação, Instrução e Atualidades. Seu primeiro número foi publicado em Louvain, Bélgica, por intelectuais emigrados e defensores do regime monárquico. Participavam do corpo editorial da revista, além de Gusmão Araujo, Ramos Ribeiro, Rolão Preto, D. Antonio Alves Pereira e Ascenso de Siqueira. O expediente do

primeiro número registra o Brasil como uma das nações de circulação do periódico (ALMA PORTUGUESA, 1913).

Em editorial, os articuladores da iniciativa abrem a revista destacando o grau de insatisfação que, no exílio, os emigrados manifestavam em razão do que entendiam estar Portugal mergulhado numa crise política, moral e religiosa, acentuada a partir de 1910:

Posto que longe da nossa Pátria, que cada vez mais amamos, não é menor nem menos imperioso o nosso dever de concorrer, na medida das nossas forças, para resolver a grave crise que ela atravessa: a mais grave da sua história. Amargura nosso coração de patriotas a indiscutível decadência que, em Portugal há anos se vem acentuando em todas as manifestações da atividade tanto pública quanto particular. É preciso que a maravilhosa terra de Nun'Alvarez resurja; que volte a ocupar o lugar a que tem direito; que viva livre, próspera, honrada e feliz sob a benção de Deus (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 1)⁶.

Preliminarmente, estes precursores apresentaram os fundamentos políticos, filosóficos e culturais do projeto editorial de criação de um veículo que pudesse alcançar um universo ampliado de leitores e potenciais militantes das causas por eles reivindicadas. O periódico apresentava-se preocupado em debater, além do tema da política nacional, arte, literatura, política, filosofia e instrução (educação). Nas palavras do editorial:

Salientaremos como causas mais importantes da tremenda crise: a desorganização da nossa sociedade, a falta de espírito nacional, a indisciplina intelectual e moral e a ausência de correntes de opinião, indispensáveis para tornar fecunda e seguramente progressiva a vida da nação. Havendo ainda, embora adormecida uma 'alma portuguesa', consolidada através de milagres de heroísmo e de fé, falta-nos inteiramente uma 'consciência portuguesa', sem a qual a vida coletiva é impossível [...] uma desastrosa orientação política afastou as forças vivas nacionais da participação nos assuntos que mais as deviam interessar. Centralizou-se tudo; condenaram-se a morte as energias locais e regionais; postergaram direitos sagrados (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 2).

A bandeira dos primeiros integralistas aglutinados na "Alma Portuguesa", e que serviu de base para fundamentar a reflexão da geração atuante nos anos posteriores, foi, sem dúvida, o discurso antirrevolucionário registrado nas páginas deste pioneiro periódico e o lamento insistente de

uma sociedade que, segundo seus articulistas, passava por uma crise sem precedentes. Denunciavam a ausência de uma 'consciência portuguesa' e reivindicavam a formação de um coletivo forte, atuante e unívoco em seus propósitos:

Impõe-se um sério movimento para a formação d'uma consciência pública. É urgente reformar o espírito nacional, restaurar as tradições, continuar a História de Portugal [...] voltemos, por meio de uma prudente descentralização administrativa, a dar às localidades e regiões, a sua autonomia, o seu caráter, as suas indústrias. Restabeleçamos, intenso, o culto dos nossos antepassados, porque a pátria, como a humanidade, vive mais dos mortos que dos vivos. Esta admirável palavra de Comte significa que uma indiscutível solidariedade une os filhos aos pais (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 4).

Propugnavam, portanto, a defesa da tradição, da família, da retomada dos mitos e heróis portugueses, localizados na longínqua Idade Média e o arsenal ideológico e moral do catolicismo. Segundo eles, a França, por exemplo, que não era paradigma a ser seguido, iniciou sua derrocada quando optou pela exclusão da religião católica da pauta política e social. Reivindicavam, explicitamente, a articulação entre o catolicismo e o nacionalismo como a solução dos males que assolavam Portugal e a sociedade ocidental (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 4).

O âmbito da instrução também foi objeto de interesse e esteve na pauta deste periódico de vida curta, publicou apenas dois números, entre maio e setembro de 1913 (CRUZ, 1982, p.138). O editorial do primeiro número dedica algumas poucas linhas à análise do fenômeno. Para eles, "nas escolas quer primárias, quer superiores não se educava. Fornecia-se uma instrução incompleta, falsa, baseada nos maus modelos franceses, meramente verbal e postiça" (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 2).

Mas é no segundo número que a instrução recebe uma atenção específica da revista, por meio do artigo assinado de João da Cruz intitulado "Instrução e educação". O autor parte para o ataque à ideologia liberal, defendendo a tese da prioridade da 'formação do caráter', bandeira histórica do catolicismo, em detrimento à 'instrução pura e simples'. Além disso, aponta a 'educação da vontade' e a 'cultura dos sentimentos' como caminhos seguros para a formação integral dos sujeitos.

Cruz rebate o predomínio da orientação liberal na filosofia orientadora das políticas e métodos educacionais em voga na ocasião, todas elas inspiradas, segundo ele, nos preceitos da tradição francesa, fundamentados em diferentes tendências do Iluminismo (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 23-25). Ressalta-se que, no editorial de abertura do primeiro número da revista, ficou patente o interesse do movimento – pelo menos anunciado – em

apresentar-se na pauta das discussões educacionais e pedagógicas levado a cabo nos primeiros anos da década de 1910.

Um trecho, especificamente, é esclarecedor neste sentido e revela a intenção em debater um projeto educacional que promovesse a articulação entre a formação individual, do caráter, da educação física, moral e religiosa das novas gerações lusitanas. Note-se, de relance, uma referência a princípios pedagógicos modernos, sem perder a base da tradição:

Orientem-se as escolas de forma a robustecer a iniciativa individual; a preparar homens armados para a luta da vida, com a consciência dos seus direitos e dos seus deveres, fisicamente fortes, solidamente instruídos, certos do destino superior que lhes assegura a religião sem a qual não há moral, como demonstra Brunetière, um dos mais altos espíritos da França Republicana (ALMA PORTUGUESA, 1913, p. 25).

A criação da “Alma Portuguesa” no ano de 1913 pode ser, portanto, considerado como o ponto de gênese do movimento integralista em Portugal. No decorrer das décadas de 1910 e 1920, adquiriu maturidade e, ao mesmo tempo, caracterizou-se por diferenças internas e de contraditórias intenções, marcadas por conjunturas de um processo histórico dinâmico, de uma sociedade que saiu do regime monárquico, aderiu ao republicanismo até atingir a ditadura, consubstanciada na era salazarista (MENESES, 2011; SIMPSON, 2014).

Em julho de 1933, o núcleo central anuncia a dissolução do movimento, por meio de um manifesto publicado na revista “Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses”, encerrada em março de 1934:

Pela nota publicada neste fascículo, deixam de existir a organização política do Integralismo Lusitano e o organismo que a tem dirigido. Estes fatos se atestam para conhecimento de amigos e adversários, os quais ficarão sabendo que os monárquicos portugueses obedecem todos às direções da Causa Monárquica, nos diferentes graus de sua hierarquia. A designação “Integralismo Lusitano”, de hoje em diante, exprimirá apenas um conceito doutrinário, a reivindicação totalitária dos princípios da Monarquia Portuguesa que continuarão a ser expostos e defendidos nesta revista, sob a exclusiva responsabilidade pessoal dos seus diretores (INTEGRALISMO LUSITANO – ESTUDOS PORTUGUESES, 1933, p. 239-240)⁷.

Com a ascensão do Estado Novo no início dos anos de 1930, integrantes do IL passaram a militar no setor público e defender o projeto de União

Nacional, propugnado por Salazar e defendido pelos quadros oficiais da Igreja portuguesa, sob a liderança do Cardeal Cerejeira, patriarca de Lisboa, e por acadêmicos oriundos dos quadros da Faculdade de Direito de Coimbra (MENESES, 2011).

Nacionalismo católico: o caso brasileiro

O arrazoado acima exposto sistematiza as justificativas do recorte cronológico definido (1913-1934), a partir da consulta às fontes e da temática central da investigação, objetivando a análise das circunstâncias históricas que marcaram as relações entre intelectuais portugueses e seus produtos com redes de pensadores brasileiros que atuaram particularmente nas décadas de 1910, 1920 e princípios dos anos de 1930. Ressalta-se, ainda, que a pesquisa considerou as possíveis conexões do movimento lusitano com intelectuais brasileiros ligados ao espectro doutrinário do catolicismo, nos âmbitos da hierarquia oficial e do laicato militante.

O discurso e as ações das elites católicas pautaram-se pela defesa do ensino religioso nas escolas (públicas e privadas), na proteção da indissolubilidade do matrimônio, na divulgação editorial de uma bibliografia doutrinária, dentre outras iniciativas de igual monta. Do ponto de vista político, a Igreja no Brasil, mesmo antes da proclamação da República, por meio da ação dos seus prelados, defendeu teses para blindar seu legado doutrinário e cultural (SALÉM, 1982; MICELI, 1988, 2001; RODRIGUES, 2006).

Esse panorama geral pode auxiliar na compreensão do quanto foi decisiva, para a Igreja católica no Brasil, a implantação da república, em novembro de 1889, experiência que a sociedade portuguesa vivenciou alguns anos mais tarde, no ano de 1910. Inspirado nas diferentes vertentes do positivismo, o movimento republicano, em linhas gerais, pelo menos do ponto de vista ideológico, pautou-se, fundamentalmente, pela defesa da separação do Estado e da Igreja e pelo laicismo no campo da educação escolar, cenário que os católicos souberam, estrategicamente, aproveitar.

A proclamação da República mobilizou setores eclesiásticos durante as primeiras décadas do século XX. No Brasil foram centrais as “pastorais coletivas”⁸, documentos inspirados em cartas pontifícias, pela luta na preservação dos princípios católicos e instrumentos de diálogo com o ‘mundo moderno’. Registra-se, ainda, que ocorreu, em princípios do século XX, um fenômeno político e sociológico da ‘diocesanização do catolicismo no Brasil’, um complexo processo de territorialização da ação pastoral e missionária da Igreja (AQUINO, 2012).

A conjuntura brasileira das primeiras décadas do século XX, por sua vez, foi favorável à emergência de um debate pautado pelo prisma nacionalista. As perseguições ao estrangeiro imigrante, discussões literárias e artísticas acerca da valorização do elemento indígena, a formação de ligas e partidos nacionalistas, a articulação de sociedades eugênicas e o fechamento de

escolas estrangeiras, são apenas alguns exemplos da efervescência que pautou o contexto em análise. Neste cenário conturbado, a Igreja católica não se fechou, ao contrário, mobilizou-se para a ação, desde a proclamação da República em fins do século XIX, com graus de maturação nas primeiras décadas do século XX (MICELI, 1988, 2001; FAUSTO, 2001; CARVALHO, 1998).

A historiografia, mais precisamente a educacional, explorou de forma variada esta faceta da Igreja nas primeiras décadas do século XX. Setores da hierarquia e do laicato militante, em seus projetos, ideias e ações instituíram condições materiais de defesa de um arcabouço doutrinário fundamentado na tradição dogmática, na cultura medieval e no nacionalismo em termos de organização sistêmica da sociedade (CARVALHO, 1998; SGARBI, 1997, 2001; RODRIGUES, 2006).

Conexões, intercâmbio, redes

Em 1921, o intelectual católico Jackson de Figueiredo publicou “Do nacionalismo na hora presente. Carta de um católico sobre as razões do movimento nacionalista no Brasil. E o que, em tal movimento, é possível determinar” (FIGUEIREDO, 1921). A missiva foi dirigida a Francisco Bustamante, amigo do autor e atuante, como ele, em favor da causa católica no Brasil. Figueiredo, na carta, expressou todo o sentimento e adesão à causa nacionalista fundamentada na dogmática e na tradição. O debate, neste caso, era com setores da elite intelectual portuguesa, igualmente envolvida no cadinho ideológico do nacionalismo lusitano. Havia, à época, um imbróglio teórico entre as posições de Figueiredo e Antonio Sardinha⁹, apesar da amizade que os unia (NAÇÃO PORTUGUESA, 1925, p. LXIX; 1926, p. CCVI; s/d, p. 396).

As questões de fundo versavam sobre as relações entre Portugal e Brasil, nacionalidade e nacionalismo, tradição, autonomia cultural, entre outros temas correlatos (SARDINHA, 1934; OLIVEIRA, 1972). A militância de Jackson de Figueiredo no campo nacionalista católico foi, por algumas vezes, anunciada e referida por periódicos lusitanos de orientação integralista, com destaque à revista “Nação Portuguesa” (NAÇÃO PORTUGUESA, 1924, p. LIV; 1925, p. LXIX; 1926, p. CCVI; s/d, p. 396).

Este periódico circulou em duas fases distintas, 1914-1916 e 1922-1928¹⁰. Aglutinou parcela significativa da elite intelectual lusitana defensora dos princípios monárquicos, com destaque para Alberto Monsaraz, Alfredo Sardinha, Luiz de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Amadeu de Vasconcelos, Pequito Rebelo, Alfredo Pimenta, entre outros. Autodenominava-se Revista de Filosofia e Política e, no primeiro número, publicou as bases doutrinárias e ideológicas do Integralismo Lusitano: monarquia orgânica e antiparlamentar, a defesa da Pátria, da família e dos micro poderes regionais: a província, o município, a paróquia, as comunidades. No campo da cultura e da educação pleiteava o

Desenvolvimento artístico, subsídios pelo município, província e governo central; restituição às províncias das obras de arte que lhes pertencem; indústrias artísticas locais; museus regionais e defesa do patrimônio artístico da província; museus nacionais e defesa do patrimônio artístico da nação; ciência: desenvolvimento da instrução e prestação de subsídios e auxílio material pelo município, província e governo central, a par da autonomia de alguns órgãos de instrução; instrução primária no município; instrução secundária na província; universidade autônoma (Coimbra); escolas e universidades livres; escolas industriais regionais; religião: liberdade e privilégios da religião tradicional Católica, Apostólica, Romana (NAÇÃO PORTUGUESA, 1914, p. 4).

Esta plataforma cultural e educacional apresentada pela revista sintetiza as motivações doutrinárias do movimento. A “Nação Portuguesa” exaltou, por vezes sucessivas, o protagonismo intelectual e político de Jackson de Figueiredo, sua adesão incondicional ao catolicismo, sua obediência à hierarquia e a preocupação com a formação moral, educacional e cultural pautada nos princípios longevos da dogmática católica. Os destaques eram enfáticos com relação, principalmente, à liderança exercida por Figueiredo na criação do Centro D. Vital e do seu veículo de divulgação doutrinário, a revista “A Ordem”:

Com o n. 53 entrou no 6º ano de sua existência a notável revista fluminense “A Ordem”, órgão do Centro D. Vital, que Jackson de Figueiredo, uma das fortes personalidades do movimento católico brasileiro, vigorosamente dirige. É-nos muito agradável saudar neste momento alguns simpatizantes do movimento nacionalista português e, simultaneamente, alguns dos mais desassombrados defensores da unidade católica brasileira. E saudando “A Ordem” não queremos deixar de estender a nossa saudação aos seus redatores, entre os quais a nossa amizade tem empenho em destacar Perilo Gomes, jornalista violento, doutrinador desempoeirado e Jackson de Figueiredo, que foi dos mais decididos amigos de Antonio Sardinha no Brasil (NAÇÃO PORTUGUESA, 1923, p. 391).

A atenção dada pela “Nação Portuguesa” à Jackson de Figueiredo e ao seu protagonismo insere-se, dentre outros motivos, no contexto das relações de amizade e debate intelectual entre ele e Antonio Sardinha, liderança de destaque no espectro integralista lusitano, por sua militância doutrinária e política. Sardinha, após seu exílio na Espanha (1919-1921), assume, em 1922, a direção do periódico em epígrafe, inaugurando sua segunda fase¹¹.

Não por acaso que nas seções da revista dedicadas à divulgação de periódicos parceiros, "A Ordem", do Centro D. Vital, quase sempre esteve presente, assim anunciada: "'A Ordem'. Órgão do Centro D. Vital. Diretor Jackson de Figueiredo. Grande revista do Rio de Janeiro" (NAÇÃO PORTUGUESA, 1923).

Numa das edições da revista do ano de 1926, na seção intitulada "Na Feira das Letras", três livros de autores brasileiros receberam, em resenha, avaliações positivas. Era a estratégia dos editores da revista em divulgar para os portugueses que havia, no Brasil, parceiros na luta pelo mesmo ideal nacionalista. Manuel Múrias, autor das três resenhas, resenhou as obras de Jackson de Figueiredo ("Literatura Reacionária"), de Perilo Gomes ("Jackson de Figueiredo – o doutrinador político") e de Vicente Licínio Cardoso (I- "Pensamentos Brasileiros – Golpes de Vista", II; – "Vultos e Ideias": III – "Figuras e conceitos"; IV – "Afirmações e comentários"), este último um dos protagonistas e intelectual atuante no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada no Rio de Janeiro, em 1924 (NAÇÃO PORTUGUESA, 1926, p. 92-95).

O Centro D. Vital, *locus* de atuação política de intelectuais católicos no Brasil, mereceu da "Nação Portuguesa" a mesma atenção. Listas de livros editados pelo Centro carioca foram divulgadas pela revista lusitana. Além de obras de Jackson de Figueiredo, estão na relação Perilo Gomes, Durval de Moraes, Hamilton Nogueira e Mario de Alcântara Vilhena (NAÇÃO PORTUGUESA, 1926, p. 96).

Além da revista "A Ordem", outros periódicos brasileiros editados e que circularam no período em questão, receberam menções nas revistas portuguesas pesquisadas. Foram os casos de "América Brasileira", criada no início da década de 1920 e dirigida por Elysio de Carvalho (NAÇÃO PORTUGUESA, 1925, p. LXVIII-LXIX; LVSITÂNIA, 1924, p. 131; 1924, p. 302; GIL VICENTE, 1925, p. 144) e a "Revista do Brasil", de Paulo Prado e Monteiro Lobato, divulgada como

a mais antiga das revistas de alta cultura que se publicam no Brasil. Durante os oitos anos de sua ininterrupta publicação, tem publicado inéditos não só dos maiores escritores nacionais, como dos *novos* mais prometedores. Literatura, arte, ciência, política, todas as altas manifestações do pensamento nacional encontram seu lugar nas páginas da REVISTA DO BRASIL. (g.a.) (NAÇÃO PORTUGUESA, 1923, s/p).

Nota-se que os editores de a "Nação Brasileira", um dos principais veículos de divulgação doutrinária do Integralismo Lusitano, enfatiza a presença de 'novos' escritores nas páginas da "Revista do Brasil", criada por iniciativa de Monteiro Lobato, Paulo Prado e outros intelectuais brasileiros

ligados ao campo nacionalista. O próprio Lobato atuou, como se sabe, na Sociedade Eugênica de São Paulo e sua editora publicou os boletins desta organização (STEPAN, 2005).

Os 'novos', lembrados pelos integralistas, eram os que representavam a emergente geração de intelectuais engajados na causa nacionalista. Gilberto Freyre foi um 'nome novo' citado algumas vezes e teve um artigo publicado num dos periódicos analisados (NAÇÃO PORTUGUESA, 1923, p. 523-525; 1924, p. LIV). A revista "Portugalia"¹² publicou uma conferência que Gilberto Freyre proferiu no Recife em 1924. Nela, o autor de "Casa Grande & Senzala" apresentou sua defesa à causa nacionalista, referenciando nomes que, segundo ele, compunham à nova geração de intelectuais engajados nesta causa: Agrippino Grieco, Oliveira Viana, Jackson de Figueiredo, Antonio Torres, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Tristão de Atayde, Perilo Gomes, Andrade Muricy e Tasso da Silveira. Vejamos um trecho da conferência (PORTUGALIA, 1925, p. 89-102):

E por toda parte o programa de pensamento e ação da mocidade é hoje um programa de retificação. No Brasil, é preciso que retifiquemos os falsos valores de que há cinquenta anos vivemos, reintegrando-nos no Brasil brasileiro dos nossos avós. Contra o ideal absorvente de transformar o país num vasto 202 de Jacintho¹³, ideal que é desde a República a tendência, agora acentuada pela fartura de dinheiro, ergamo-nos, os novos homens do Brasil. Que exceda o conforto dos fogões a gás, dos *water-closets* de porcelana, da luz elétrica, o ideal de cultura e de vida brasileira. Que a Nossa Senhora do Brasil tenha mais de Maria do que de Martha. Felizmente, da nova geração brasileira surgem esboços de *leaders* e sobras de profetas (PORTUGALIA, 1925, p. 102).

Gilberto Freyre, deste modo, assim como outros sujeitos aqui abordados, discursava da perspectiva das elites¹⁴, uma plêiade de jovens intelectuais, entre vinte e trinta anos, insatisfeita com a conjuntura e com seu passado recente (dos seus pais e avós), porém atenta às circunstâncias. A intelectualidade lusitana desta geração, envolvida na causa integralista e nacionalista, apostava no Brasil (ou pelo menos em alguns brasileiros) como parceiro desta luta. Tratava-se, portanto, de mais uma faceta do diálogo que os portugueses procuraram manter com setores da elite brasileira, conexão fundamentada em alguns princípios doutrinários.

O campo católico português expressou-se e atuou de forma variada, aglutinando o laicato militante em diferentes instituições políticas, acadêmicas e de cultura¹⁵. Em Coimbra, por exemplo, o Centro Acadêmico de Democracia Cristã (C.A.D.C.), que reuniu intelectuais como Manuel Cerejeira, Antonio Salazar e Martinho Nobre de Melo, dialogou com o IL, mas

procurou, a seu modo, não se afastar das orientações doutrinárias da Igreja católica oficial.

Nas “Cartas aos novos”, publicadas na revista “Estudos” do C.A.D.C., Gonçalves Cerejeira defendeu a necessidade da obediência irrestrita à tradição dogmática católica e às orientações do Vaticano. Numa delas, Cerejeira sistematizou uma análise detalhada sobre a ‘questão da *Action Française*’ (ESTUDOS, 1926, p. 463-479) movimento antiliberal e monárquico, condenado pelo Vaticano em 1926. Um ano antes, o papa Pio XI, por meio da Carta Encíclica “*Quas Primas*”, instituiu a festa de Cristo-Rei. O documento papal provocou uma reviravolta no campo católico português, em especial no núcleo duro do IL. A questão de fundo estava implícita nos debates sobre o modelo de regime monárquico defendido pelas diferentes correntes internas existentes naquele movimento.

A revista “*Nação Portuguesa*”, ícone principal, publicou um artigo intitulado “*Na festa de Cristo-Rei*”, expressando seu alinhamento às normas doutrinárias do Vaticano, como forma de acalmar os ânimos integralistas envolvidos no debate sobre a retomada do regime monárquico em Portugal e o modelo de sistema a ser adotado (NAÇÃO PORTUGUESA, 1928, p. 399-406).

Em conferência realizada na Liga Naval Portuguesa, em 23 de março de 1925, Hipólito Raposo, na tentativa de esclarecer as diferenças doutrinárias e ideológicas do IL em relação à *Action Française* e, estrategicamente atento à conjuntura política de Portugal, pretendeu enquadrar o movimento que liderava no arcabouço oficial do catolicismo (RAPOSO, 1929).

Ressalta-se que foi nesta conjuntura atribulada que ocorreu o golpe militar em maio de 1926, que instalou a ditadura militar no país, fato que provocou uma “melhoria global das relações entre a Igreja e o Estado e a elite católica procurou aproveitá-la ao máximo” (SIMPSON, 2014, p. 45).

Os principais periódicos integralistas e os de orientação nacionalista-católica apresentaram-se alinhados ao movimento internacional a favor do que denominavam ‘literatura reacionária’, ou, mais precisamente, ao movimento de recuperação da tradição medieval que, segundo estes movimentos, havia se perdido com a ‘vitória equivocada’ do liberalismo. Além dos autores integralistas, as seções divulgavam, igualmente, obras produzidas pelo espectro ideológico católico não alinhado diretamente ao integralismo lusitano. Um caso emblemático foram os livros publicados por Cerejeira, “*A Igreja e o pensamento contemporâneo*”.

Nesta primeira edição, que data de 1924, o autor propõe uma incursão analítica no debate sobre as relações entre a fé, a ciência e a modernidade e o papel da Igreja neste âmbito. Vale registrar que na segunda edição da obra, publicada em 1928, Cerejeira acrescenta um item no capítulo IV, intitulado “*A reação católica no Brasil*”, no qual tece considerações elogiosas ao movimento de resistência católica ao laicismo e à maçonaria. Refere-se ao Centro D. Vital, aos escritores católicos do Brasil e à nova geração militante. Sem dúvida, Cerejeira foi um dos principais interlocutores portugueses

junto à elite católica brasileira durante a década de 1920 e princípios dos anos de 1930. A visita que realizou no Brasil em 1934, corrobora a tese de suas estreitas ligações com católicos brasileiros.

Cerejeira não atuou diretamente junto ao núcleo duro do integralismo português, mas foi, por diversas vezes, citado pelas revistas integralistas. Estes mesmos periódicos referiram-se ao Brasil, especialmente apontando a emergência de uma elite jovem e combativa no campo do nacionalismo católico e de outras iniciativas de igual monta. Alguns exemplos podem ser destacados para corroborar a tese destas conexões que resultaram em contatos recíprocos e alinhamentos ideológicos nos campos da cultura e da educação.

O caso mais emblemático foi o de António Figueirinhas que em suas "Impressões sobre a instrução no Rio de Janeiro e São Paulo", publicado em 1929, descreve a visita que realizou em instituições e órgão de educação no sudeste brasileiro. Da visita, Figueirinhas destacou os contatos que estabeleceu com Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. O livro foi publicado por sua editora, localizada no Porto, e divulgada com destaque pela "Gil Vicente" (GIL VICENTE, 1930, p. 32), revista da cidade de Guimarães que nunca escondeu, em suas páginas, o alinhamento ao integralismo lusitano (GIL VICENTE, 1926, p. 149; 1932, p. 63; NAÇÃO PORTUGUESA, 1926, p. CLXXVII; LABAREDA, 1926, p. 288; VASCO DA GAMA, 1926-1927, p. 56-62; INTEGRALISMO LUSITANO – ESTUDOS PORTUGUESES, 1932, p. 576; 1932, p. 720-722).

Martinho Nobre de Melo, intelectual formado pela Universidade de Coimbra, foi outro nome envolvido no cadinho das atribulações que a sociedade portuguesa sofre durante as décadas de 1910-1920 e princípios dos anos de 1930. Transitou pelas revistas integralistas e nacionalistas, realizou conferências e sua interlocução com o Brasil foi importante durante o período em destaque. Próximo a Salazar e Cerejeira, chefiou durante uma década a embaixada portuguesa sediada em terras brasileiras. Mas antes disso, sua atuação junto ao campo nacionalista-católico foi intensa (GIL VICENTE, 1926, p. 149; 1932, p. 63; NAÇÃO PORTUGUESA, 1926, p. CLXXVII; LABAREDA, 1926, p. 228; VASCO DA GAMA, 1926-1927, p. 56-62; INTEGRALISMO LUSITANO – ESTUDOS PORTUGUESES, 1932, p. 576; 1932, p. 720-722).

O seu livro "Ritmo novo (Palavras de um português no Brasil)", publicado pela editora carioca Schmidt em 1932¹⁶, foi prefaciado por Alceu de Amoroso Lima, um dos mais destacados líderes católicos do século XX. Lima destacou a atuação de Nobre de Melo junto aos quadros do nacionalismo português: Sidonio Paes, Sardinha, Cerejeira, Salazar e fez referência à histórica atuação de Jackson de Figueiredo no campo do nacionalismo católico, corroborando a tese da existência de uma rede que acabou por viabilizar conexões variadas entre grupos defensores do ideário integralista lusitano com setores específicos do nacionalismo católico brasileiro entre as décadas de 1910

e princípios dos anos de 1930, conjuntura marcada pela consolidação dos projetos intervencionistas de Getúlio Vargas e António de Oliveira Salazar.

Considerações finais

A apresentação até aqui delineada desdobra-se em algumas conclusões que não objetivam esgotar a temática. Pretendeu-se, com a investigação, compreender as principais motivações que mobilizaram os integralistas lusitanos a defender seus propósitos e, somado a este objetivo, detectar se ocorreu uma aproximação estratégica com setores da intelectualidade brasileira, durante o período de militância dos integralistas portugueses.

O Integralismo Lusitano, em suas diferentes expressões, caracterizou-se por ser um movimento de combate, a partir do campo doutrinário e ideológico. Apesar das diferenças e cisões internas que marcaram a história desta mobilização, alguns princípios, em síntese, podem ser destacados como nodais para os integralistas: a defesa de uma monarquia orgânica, de uma sociedade sistêmica, pautada na verticalidade das ações, a recuperação da Idade Média e de seus valores, o nacionalismo de base católica, a Pátria, a família e, fundamentalmente, a ação efetiva cravada no município, na paróquia, nas comunidades. Compreende-se, portanto, a insistência de seus líderes em mobilizar a militância intelectual por meio de 'juntas locais'. Para eles, a ação local era a base fundante da 'revolução' que pregavam. No passado, residia o progresso, a evolução inexorável da humanidade.

A ação integralista deu-se em condições materiais adversas. Tratava-se de combater um inimigo visível: a república, causadora, para eles, de todos os males que assolavam Portugal, desde o analfabetismo à ignorância cultural e artística da sociedade. O laicismo liberal de base francesa, que fundamentou o republicanismo, deveria de ser aniquilado. Este era o propósito espiritual das juntas locais, que deveriam obedecer organicamente uma orientação estatutária, cuja expressão material eram as cartilhas, os periódicos, o impresso. Cuidaram para que suas revistas e demais produções fossem estruturadas com normas rígidas de edição e circulação. Era por meio delas que, segundo a crença integralista, seria efetivada a vitória do nacionalismo rático lusitano. Em síntese, esta era a *epistème* e o *ethos* integralista: a reforma da razão e da moral.

A intervenção analítica realizada no universo empírico demarcado possibilitou, dentre outras inferências, verificar nas 'estruturas de sociabilidade', aproximações e distanciamentos, do ponto de vista ideológico e dos projetos políticos em perspectiva no campo de forças. Deste modo, ficaram evidentes duas perspectivas: os intelectuais do integralismo lusitano promoveram um insistente diálogo com pensadores e militantes de orientação católica que não defenderam explicitamente o regime monárquico como a alternativa de regeneração da sociedade portuguesa. De outro lado, o grupo católico próximo à hierarquia e às orientações

eclesiásticas, não deixou de sinalizar simpatias ao espectro integralista e, ao mesmo tempo, promover um diálogo com as forças conservadoras que atuaram no Brasil, particularmente, durante a década de 1920, evidência detectada igualmente no espectro integralista.

A pesquisa, portanto, investigou os principais veículos de comunicação e circulação dos propósitos integralistas, na tentativa de reconstituir, por meio da leitura sistemática do conteúdo dos seus textos, a história deste movimento e suas relações com o Brasil. Concluiu-se que os intelectuais do integralismo lusitano, por meio de suas publicações, contatos, viagens, dentre outras conexões, promoveram um permanente diálogo com pensadores e militantes brasileiros de orientação católica, que não defenderam explicitamente o retorno regime monárquico, mas estavam mobilizados na crítica aos desdobramentos promovidos pela herança republicana.

Notas

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e realizou Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa. Docente da Universidade de Taubaté e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: mauro_castilho@uol.com.br

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Inicialmente o recorte cronológico indicava para as décadas de 1920-1930. A incursão nas fontes inferiu outra demarcação no período pesquisado. Diante disso, a nova cronologia indica o espaço temporal entre os anos de 1913 a 1934.

³ Diante do substantivo material coletado, não foi possível, nesta primeira fase da pesquisa, o mapeamento de fontes adversas aos movimentos supracitados.

⁴ O Integralismo Lusitano foi examinado, a partir de diferentes perspectivas, por uma gama de autores. Destacam-se os estudos de Ascensão (1943), Ferrão (1964), Cruz (1979; 1982), Pinto (1982), Silva (1982), Quintas (2004), dentre outros.

⁵ Segundo Cruz (1982), nota n. 5, p. 139, Leão Ramos Ascensão, em seu livro "O Integralismo Lusitano" (1943), afirmou ter sido o periódico "Aqui d' Rei", que surgiu em Lisboa no ano de 1914, o primeiro veículo a divulgar a doutrina integralista em bases sistemáticas. No decorrer da sua história, o movimento criou série de periódicos, como consta no quadro apresentado na Introdução do presente artigo.

⁶ Sobre Nun'Alvarez e a produção e divulgação deste 'mito heroico' em Portugal, consultar Leal (1998 e 2000). Optou-se, por razões estéticas e de entendimento, registrar as citações originais em grafia atualizada.

⁷ Revista lisboeta, cujo primeiro número foi publicado em abril de 1932, foi resultado de um projeto coletivo e de iniciativa derradeira. De vida curta, encerrou suas atividades em março de 1934. Seus primeiros diretores foram Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo (Cf. CRUZ, 1982, p. 174-175).

⁸ CARTAS PASTORAIS COLETIVAS DO EPISCOPADO BRASILEIRO (1890, 1900, 1910 e 1915).

⁹ Antonio Sardinha (1887-1925). Historiador e poeta português, atuou nos quadros do IL e dirigiu a revista "Nação Portuguesa".

¹⁰ A base para a demarcação destes dois ciclos pautou-se na consulta ao referido periódico arquivado na Biblioteca Nacional de Portugal.

¹¹ Cf. "Nação Portuguesa", 2ª série, n. 1, julho de 1922, p. 1-2. Sobre a trajetória intelectual e política de Antonio Sardinha, consultar Desvignes (2006). A autora pesquisou o espólio de Sardinha arquivado na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa.

¹² Dirigida por Fidelino de Figueiredo e editada pelo Conselho Diretor Central das Juventudes Monárquicas Conservadoras, "Portugália", cujo primeiro número data de outubro de 1925, intitulava-se uma Revista de Cultura, Tradição e Renovação Nacional.

¹³ Personagem do romance de Eça de Queiroz, "A Cidade e as Serras".

¹⁴ O uso desta categoria analítica segue a abordagem sugerida por Charle (2006) e Love e Barickman (2006), estudos históricos que privilegiam o entendimento da ação de sujeitos e grupos sociais que ocupam posições diretivas influentes, da perspectiva cultural, entendendo 'cultura' a partir de uma acepção abrangente e complexa, que inclui âmbitos e dimensões sociais variadas.

¹⁵ Para o entendimento da complexa rede de relações e atuação dos católicos em Portugal no período, consultar Simpson (2014). O autor analisou, a partir de fontes dos arquivos no Vaticano, na Torre do Tombo em Portugal e no Archivium Romanum Societatis Iesus, as relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo salazarista.

¹⁶ Discurso de Martinho Nobre de Melo no jantar que intelectuais e jornalistas brasileiros ofereceram ao novo embaixador no dia 30/10/1932, no Cassino Beira-Mar, no Rio de Janeiro.

Referências

ALMA PORTUGUESA, Lisboa, série I, n. 1, p. 4, maio 1913.

_____. Lisboa, série I, n. 2, p. 23-25, set. 1913.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e a diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre o Estado e a Igreja no Brasil (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

ASCENSÃO, Leão Ramos. **O Integralismo Lusitano**. Gama: Lisboa, 1943.

BARICKMAN, Bert J.; LOVE, Joseph L. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-98.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação, 1924-1931**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 19-40.

CRUZ, Manuel Braga da. As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. XIV, p. 265-278, 1978.

_____. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. XVII, p. 137-182, 1982.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Antonio Sardinha (1887-1925):** um intelectual no século. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006.

ESTUDOS, Coimbra, ano V, fasc. VII, n. 55, nov. 1926.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário:** (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRÃO, Carlos. **O Integralismo e a República.** Autópsia de um mito. Lisboa: Inquérito Editorial O Século, 1964-1965, 2 vols.

FIGUEIREDO, Jackson. **Do nacionalismo na hora presente.** Carta de um católico sobre as razões do movimento nacionalista no Brasil e que, em tal movimento, é possível determinar. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1921.

GIL VICENTE, Guimarães, 1ª série, 1º ano, jan./dez. 1925.

_____. Guimarães, 2ª série, ano II, jan./dez. 1926.

_____. Guimarães, v. I, n. 1 e 2, 1930.

_____. Guimarães, v. VIII, n. 3 e 4, 1932.

INTEGRALISMO LUSITANO – ESTUDOS PORTUGUESES, Lisboa, v. I, fasc. XI, fev. 1932.

_____. Lisboa, v. I, fasc. X, jan. 1932.

LABAREDA, Porto, n. 9 e 10, jan./fev. 1926.

LEAL, Ernesto Castro. A cruzada nacional D. Nuno Álvarez Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). **Análise Social**, Lisboa, v. XXXIII, p. 823-851, 1998.

_____. Nun'Álvarez: símbolo e mito nos séculos XIX e XX. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2ª série, p. 143-183, 2000.

LVSITÂNIA, Lisboa, fasc. I, v. II, p. 131, set. 1924.

_____. Lisboa, fasc. II, p. 302, mar. 1924.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar:** biografia definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NAÇÃO PORTUGUESA, Lisboa, 2ª série, n. 11, out. 1923.

_____. Lisboa, 2ª série, n. 12, 1923.

_____. Lisboa, 3ª série, n. 2, 1924.

_____. Lisboa, 3ª série, n. 3, 1925.

_____. Lisboa, 3ª série, n. 9-10, 1926.

_____. Lisboa, série IV, n. 1, tomo I, 1926.

_____. Lisboa, série IV, n. 5, tomo I, s/d.

_____. Lisboa, série V, tomo II, 1928.

OLIVEIRA, Manuel Alves. **Antonio Sardinha e o Brasil**. Guimarães: Cadernos Gil Vicente, 1972.

PINTO, Antonio Costa. A formação do Integralismo Lusitano (1907-1917). **Análise Social**, Lisboa, v. XVIII, p. 1409-1419, 1982.

PORTUGALIA, Lisboa, n. 2, nov. 1925.

QUINTAS, José Manuel Alves. **Filhos de Ramires**. As origens do Integralismo Lusitano. Lisboa: Nova Ática, 2004.

RAPOSO, Hipólito. **Dois nacionalismos**. L'Action Française e o Integralismo Lusitano. Lisboa: Ferin, 1929.

RODRIGUES, Candido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). São Paulo: Autêntica/Fapesp, 2006.

SALÉM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 97-134.

SGARBI, Antonio Donizetti. **Igreja, educação e modernidade na década de 30**: escolanovismo católico, construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

_____. **Bibliotecas pedagógicas católicas**: estratégias para construir uma "civilização cristã" e conformar o campo pedagógico através do impresso (1929-1938). Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano. **Bracara Augusta**. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, Braga, v. XXXVI, n. 81-82, p. 94-95, jan./dez.1982.

SIMPSON, Ducan. **A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista**. (Lugar da História; 84). Lisboa: Edições 70, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-270.

VASCO DA GAMA, Lisboa, ano II, n. 6, jan./mar. 1926-1927.

Recebido em: janeiro de 2016.

Aprovado em: abril de 2016.